



Práticas educativas a partir da agroecologia em comunidades tradicionais: formação, afirmação e resistência

*Educational practices from agroecology in traditional communities: formation,
affirmation and resistance*

SILVA, Diego Correa¹; FREIRE, Alan A. A.²; OLIVEIRA, Ozania Lopes de³;
SANTOS, Hélio Rodrigues dos⁴; ROCHA, Eliene Novaes⁵

¹ Universidade de Brasília (UnB) — Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), diegocorreaads@gmail.com; ² Universidade de Brasília (UnB) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), freire.sjm@gmail.com; ³ Universidade de Brasília (UnB) — Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), ozanialopes@gmail.com; ⁴ Secretaria de Educação do Estado de Goiás/SEDUC-GO, rodrigueshelio75@gmail.com; ⁵ Universidade de Brasília (UnB) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER)

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Educação em Agroecologia

Resumo: O presente trabalho tem como base a investigação das contribuições das práticas educativas para o fortalecimento da agroecologia em comunidades tradicionais, tendo os cursos de educação do campo, escolas do campo um papel protagonista, mediadores e multiplicadores dos saberes e fazeres que fortalece muito as atividades agroecológicas em comunidades tradicionais. Para isso, foi revisado estudos bibliográficos que serviram de alicerce para a construção e embasamentos teóricos, articulando e apontando aspectos positivos que a práxis educativa tem em comum com a agroecologia. Com o intuito de propor reflexões que potencializam os saberes e fazeres, respeitando os valores culturais e sociais, numa perspectiva agroecológica, (Re) afirmando a importância que a Educação do campo e as escolas do campo lidam com as práticas e resistência do modo vida ecológico, nas comunidades tradicionais.

Palavras-chave: práxis educativa; saberes e fazeres; produção sustentável; capitalismo.

Introdução

Ao abordarmos a questão do emprego sustentável da sociobiodiversidade no contexto das comunidades tradicionais é fundamental considerar distintos elementos simbólicos, materiais, ambientais, sociais, culturais e políticos que visam a utilização dos recursos naturais de forma responsável, evitando seu esgotamento. As pesquisas realizadas por Cunha, Magalhães e Adams (2021) evidenciam um significativo impacto gerado pelo atual modelo de produção do agronegócio nas comunidades tradicionais.

Esse impacto é intensificado ainda mais pela Revolução Verde e pela política ultraliberal vigente no país, que estimula a hegemonia do agronegócio, como retratado no *slogan* “Agro é pop, agro é tudo”. Essas mudanças, possuem uma influência direta na maneira de produção, idealização e comportamento, trazendo consequências significativas nos âmbitos sociais e ambientais. Cabe dialogar com Barbosa e Rosset (2017) aos quais estabelecem que as empresas transnacionais



executam um papel essencial na padronização das produções agrícolas. “[...] dessa forma promovendo sua inclusão no complexo agroindustrial centralizado e gerando uma diversidade de realidades agrárias” (p. 707).

A Revolução Verde veio com a falsa premissa de acabar com a fome de países subdesenvolvidos, revelando suas inúmeras contradições. De acordo com Ziegler, (2013) *apud* Hadich e Andrade (2021, p. 657), como consequência a fome atingiu perto de 1 bilhão de pessoas no mundo, ou seja, podemos perceber que a dinâmica de produção imposta pela modernização veio para atender o modelo capitalista que é gerar lucro (*commodities*), ao mesmo tempo que aumenta a pobreza e afeta a biodiversidade, fragilizando o modo de produção e de vida das comunidades tradicionais, acarretando a perda da cultura, identidade, valores, saberes e fazeres.

As comunidades tradicionais, cronologicamente vem (re) construindo estratégias de resistência e práticas hegemônicas, que vai contrário ao modelo capitalista, muitas comunidades, se organizando nos diversos espaços comunitários, no assentamento P.a Boa esperança, situado em Buritis-MG por exemplo, as mulheres se fortaleceram como sujeitas que mobilizaram e criaram a associação das mulheres através do grupo de mandiocultura, a qual trabalham em grupos, do plantio de mandioca (macaxeira, aipim) à produção de farinha. Essa forma de resistência se dá também através das cooperativas e movimentos sociais que fortalecem o diálogo entre os mercados financeiros e “No âmbito desse campo da agricultura, investigou-se o movimento social da agroecologia como resistência à hegemonia do agronegócio.” (Naves e Yuna Reis, p. 312, 2017)

Dessa forma, este resumo expandido planeja analisar a contribuição da prática educativa a partir das atividades agroecológicas em comunidades tradicionais numa luta de resistência contra-hegemônica, em confronto com a problemática do modo de produção capitalista que possui uma força gigantesca.

Metodologia

Esse trabalho é de natureza teórica assentado na abordagem qualitativa do tipo exploratório. Optamos por essa abordagem buscando contribuir para a reflexão teórica acerca das práticas educativas, agroecológicas e do desenvolvimento sustentável na comunidade tradicional do Vale do Rio Urucuia. Para isso, utilizamos como método, a pesquisa bibliográfica que teve como autores brasileiros, Barbosa (2017), Cunha (2021), Hadich (2021), Lima (2020), Nogueira (2021) e Silva (2017) para alcançar os objetivos propostos.

As fontes que buscamos para construir a pesquisa foram os sites do *Google*, *Google Acadêmico* e o Periódico *Capes*. Como palavras - chave, utilizamos “Práxis Educativa e Comunidade Tradicional” e “Produção Sustentável e Capitalismo”, por entendermos que estas palavras conseguiriam dar sustentação ao nosso trabalho. Com a pesquisa, encontramos quatro artigos, livros, uma monografia que de modo direto ou indireto dialogam com a nossa temática e objeto de pesquisa.



Resultados e Discussão

As populações tradicionais desenvolveram ao longo dos séculos diversas técnicas de produção de alimentos sem comprometer o meio ambiente e sua biodiversidade. A agroecologia é um exemplo rico e sustentável de agricultura que pode e deve ser praticada na atualidade, a exemplo de práticas desenvolvidas pelo Movimento dos Sem Terras (MST), que demonstram ser possível produzir alimentos saudáveis e em larga escala sem causar grande prejuízo ao meio ambiente, preservando a terra e o território. O território é um conceito necessário para esta população, por ser parte do seu corpo, seu *locus*, e a ele é confiada a simbologia, a identidade, a construção do saber, a educação familiar e em todos os sentidos o reconhecimento de pertencimento.

Segundo, Nogueira (2021) são reconhecidos como povos e comunidades tradicionais, geraizeiros, apanhadores de sempre-viva, retireiros, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, vazanteiros, castanheiros, ribeirinhos, fecho de pasto, caiçaras, pomeranos e faxinalenses. Essas comunidades se distinguem por sua intensa relação com a terra e o meio ambiente, extraindo da natureza os recursos naturais necessários para a produção e reprodução das condições materiais da vida.

Lima *et al.* (2020, p. 02) dizem que, “a agroecologia é potencializada pela Educação do campo por propiciar a articulação entre a universidade e as comunidades camponesas, sendo a alternância o elo desse diálogo”. Em diálogo com o pensamento de Silva, vale destacar que “[...] o que dá valor ao produtor são as práticas e vivências empíricas e culturais, a qual tornará o modelo de agroecologia em um potencial desejável à agricultura na troca de saberes” (SILVA, 2017, p. 18). A “[...] Educação do Campo [...], está presente, nas atividades agrícolas, nas organizações sociais, cooperativistas, e outros diversos meios de trabalhos, [...], por isso falar do trabalho como princípio educativo nas escolas” (SILVA, 2017, p. 34), sendo essencial para a (re) construção do saber em práxis educativa que rompe com a lógica do capital voltado para as commodities.

Ao abordar o assunto Barbosa e Rosset (2017, p. 712) ressalta que a “abordagem pedagógica na consolidação da matriz agroecológica nos territórios das organizações indígenas centra-se na íntima relação do ser humano com a Mãe-Terra”. E “é exatamente no campo educativo que a agroecologia se consolida como concepção, método e projeto político”, Barbosa e Rosset (2017, p. 715).

Sabemos que o trabalho como princípio educativo é primordial para a construção do saber em sua totalidade, e para que agroecologia se torne um referencial de transição contra-hegemônico, faz-se necessário que a forma de pensar a escola e as práticas pedagógicas privilegiam uma educação que abrange a diversidade presente nas escolas do campo formando pensadores críticos e capazes de compreender que a “agroecologia emerge de uma necessidade histórica e ganha



forma, se nutre e se fundamenta a partir da resistência histórica, das memórias coletivas, que primam por imprimir o seu legado de luta” (2017, p. 720).

De acordo com Silva (2022, p. 283), é importante considerar um referencial que possa auxiliar na concepção de estratégias educacionais capazes de estabelecer interações efetivas com as diversas formas de conhecimento envolvidas na construção do conhecimento agroecológico. Na mesma perspectiva, Rodrigues e Cotrim (2018, p.03) dizem que não se pode “deixar de elencar, os estudantes que estão envolvidos nesse processo auxiliando a transição desses produtores, onde esta experiência proporciona uma troca de saberes entre alunos e produtores”.

Conclusões

Para contrapor esse modelo convencional de produção que devasta a sociobiodiversidade, faz-se necessário contrapor-se à lógica capitalista de provedores de insumos para a um modelo de produção descentralizado e sustentável, tendo como princípios os conhecimentos e os modos de produção desenvolvidos pelos povos do campo. Um resgate dos valores, da cultura, dos saberes ancestrais e fazeres dos povos tradicionais. Como as populações quilombolas, indígenas e do campo que, à sua maneira, produzem ricos alimentos para compor a sua mesa e da sociedade sem destruir o meio ambiente. Essas comunidades trazem em suas experiências iniciativas que contrapõem o modelo capitalista de produzir, e é fundamental o fortalecimento de grupos, cooperativas e movimentos sociais no âmbito educacional e agroecológico nessas comunidades tradicionais, que visa um modelo de harmonização entre o meio ambiente, construindo uma resistência interdisciplinar e dialética.

Portanto, é preciso produzir sem maltratar o meio ambiente e lutar por uma sociedade sustentável, bem como preservar e proteger a vida e o meio ambiente social das populações tradicionais, pois estas são as guardiãs do nosso meio ambiente. Com tudo, essa construção ideológica de transição dos métodos tradicionais de produzir, para os métodos agroecológicos precisa e deve ser pensada de forma dialética com os saberes científicos (acadêmicos), tornando os sujeitos do campo protagonistas em suas próprias atividades. Como isso seria possível? Isso poderia dar certo?, essas perguntas podem ser respondidas de diversas maneiras e possibilidades, mas, respondendo de forma simples, podemos afirmar que sim, que seria e é possível ter uma transição do modo de produção capitalista para o agroecológico, para isso basta observarmos os diversos estudos que tecemos ao longo da produção, e em especial pensar uma lógica que possa confrontar com o modo capitalista, e para esse confronto é necessário formar sujeitos nas diversas áreas, da educação, da saúde, agronomia, advogados, entre outros do campo/para o campo, que tenha uma visão dialética de construção saber.

O uso sustentável da sociobiodiversidade pode se relacionar ao agroextrativismo fortalecendo a interação do homem e meio ambiente, regando a interdependência, e inovações que resgatem os valores e saberes ancestrais, sabendo que as



comunidades têm uma relação de vínculo com o meio ambiente, como práticas de manejos sustentáveis, numa perspectiva voltada para a cooperação e economia solidária tendo como princípio a práxis educativa.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. **Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: aportes da La Via Campesina e da CLOC**. Educação & Sociedade, v. 38, p. 705-724, 2017.

CUNHA, M. C; MAGALHÃES, S. B; ADAMS, C. (orgs.) **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil**: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo, SBPC, 2021.

HADICH C; ANDRADE, G. Verbete: Revolução Verde. *In: Dicionário de Agroecologia*. Org. DIAS, A; P; STAUFFER. A. B.; MOURA. Luiz Henrique G.; VARGAS. Maria C. 1ª Ed. São Paulo. Expressão Popular. 2021.

LIMA, R. B; SILVA, M. R; SANTO, T. A; FREITAS, B. M. C. Alternância pedagógica na Educação do Campo: práxis educativas de fortalecimento da agroecologia e territorialização camponesa, 2020, São Cristóvão. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, 2020. v. 15.

NOGUEIRA, M. Verbete: Povos e Comunidades Tradicionais. *In: Dicionário de Agroecologia*. Org. DIAS, A. P; STAUFFER. A. B; MOURA, L. H. G. VARGAS, M.C. 1ª Ed. São Paulo. Expressão Popular. 2021.

RODRIGUES, J. Botelho e COTRIM, Décio. **Agroecologia: Uma Resistência ao Sistema Capitalista**. IV Congresso de Ensino de Graduação-CEG, UFPEL, 2018.

SILVA, D. C. **Apicultura no Vale do Rio Urucuia: interação entre apicultores e meio ambiente numa práxis educativa**. (Monografia). Universidade de Brasília. 2017.

SILVA, Marcio Gomes da. Educação popular e experiências educativas em Agroecologia. **Revista de Educação Popular**, v. 21, n. 1, 2022.